

UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO TRABALHO INFANTIL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Talita de Souza Mota²⁷

Marco Antonio Jorge²⁸

Christiane Senhorinha Soares Campos²⁹

Resumo: O estudo tem como objetivo analisar a interrelação entre o trabalho infantil e seus determinantes no estado de Santa Catarina. Adotou-se a hipótese de que crianças e adolescente são conduzidas ao trabalho infantil devido à condição de pobreza de suas famílias, bem como pela estrutura familiar presente em seus domicílios onde predomina a baixa escolaridade dos responsáveis e nos quais vem crescendo a chefia feminina. Para tanto, o estudo foi dividido em três seções, além da introdução. Na primeira delas apresentam-se as definições de trabalho infantil e o referencial teórico relacionado ao debate atual acerca do trabalho infantil, seus principais determinantes e a influência que cada um exerce sobre o trabalho precoce. A segunda seção descreve a estratégia empírica, na qual explica-se a construção do modelo, realiza-se uma breve análise descritiva da variável dependente, explicitam-se os procedimentos metodológicos e, por fim, analisam-se os resultados obtidos. A análise empírica foi realizada com o emprego da análise de componentes principais e, posteriormente, do modelo de regressão linear múltipla. Por fim, a última seção elenca as considerações finais, dentre as quais a de que, no geral, os resultados refutam parte das hipóteses adotadas no presente trabalho.

Palavras-chave: Trabalho Infantil; Análise Multivariada de Dados; Santa Catarina.

AN ANALYSIS OF DETERMINANTS OF CHILD LABOR IN THE STATE OF SANTA CATARINA

Abstract: The study aims to analyze the interrelationship between child labor and its determinants in the state of Santa Catarina. For this, they were taken as hypothesis that children and adolescents are conducted child labor because their families are inserted into the

²⁷ Graduada em Economia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Email: talitam23@hotmail.com

²⁸ Doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP e Professor do Departamento de Economia – UFS. Email: mjorge@ufs.br

²⁹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Professora do Departamento de Economia – UFS. Email: chris_senhorinha@hotmail.com

condition of poverty and are also influenced by their family structure in their homes, that are mostly low schooling responsible and which has increased the female head. For this proposal, this study was divided into three sections, besides the introduction. At its first part it shows the definition of child labor and its theoretical framework related to the current debate about child labor as well as its main determinants and the influence that each one has on children to work early. The second section describes the empirical strategy, where it is explained the construction of the model, it performs a brief descriptive analysis of the dependent variable, it explain the methodological procedures, and, lastly, the results obtained are analyzed. The empirical analysis was performed using principal component analysis and subsequently the multiple linear regression model. Finally, the last section lists the final considerations, among which that, overall, the results refute the hypothesis adopted in this work.

Keywords: Child Labor; Multivariate Data Analysis; Santa Catarina (Brazil).

1 INTRODUÇÃO

O trabalho infantil não é um fenômeno recente e, apesar da tendência de declínio nas últimas décadas, tal fenômeno ainda configura-se como um problema social de grande relevância no Brasil e no mundo.

Por definição, o trabalho infantil compreende toda e qualquer forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida por lei. Dentre os determinantes para a ocorrência do trabalho infantil destacam-se a pobreza, a baixa escolaridade e a estrutura familiar na qual essas crianças e adolescentes estão inseridos. Em geral, esse tipo de atividade tem como finalidade prover o sustento próprio ou de complementar o rendimento familiar.

A partir da Constituição de 1988 o Brasil passou a constituir uma ampla rede de proteção contra o trabalho de crianças e adolescentes, mas, apesar dos avanços nas últimas décadas, o Brasil ainda possui uma grande quantidade de crianças e adolescentes inseridas no trabalho infanto-juvenil ilegal e penoso.

Segundo os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e com referência ao ano de 2013, havia no Brasil, 3.188.000 crianças e adolescentes ocupados na semana de referência da pesquisa, sendo que deste total 61 mil crianças estavam incluídas na faixa etária de 5 a 9

anos, 779 mil no grupo de idade de 10 a 14 anos, e as demais 2.348 mil apresentavam de 15 a 17 anos.

Quando observado o resultado da mesma pesquisa para o estado de Santa Catarina, nota-se um registro de 160,1 mil crianças e adolescentes exercendo atividades laborais, o que representa 18,9% da população catarinense de 10 a 17 anos. Dentro desse cenário, e considerando o número extremamente significativo de crianças e adolescentes que trabalham no estado, avaliou-se relevante analisar o trabalho infantil desenvolvido nessa localidade a fim de contribuir para o estudo sobre tal problemática.

A partir dessa perspectiva de análise, o problema de pesquisa do presente trabalho é observar quais fatores socioeconômicos conduzem os pais a introduzirem seus filhos ao trabalho infanto-juvenil em Santa Catarina. E a hipótese levantada é a de que os mesmos são levados a executar trabalho precoce devido à condição de pobreza e à baixa escolaridade de suas famílias, além de serem influenciadas também pela estrutura familiar vulnerável presente em seu domicílio.

Em relação ao enfoque escolhido para a construção dessa investigação, foram adotadas as técnicas de pesquisa quali-quantitativa. A abordagem qualitativa ocorre a partir da discussão gerada através de revisão de literatura acerca da problemática.

Na abordagem quantitativa, são utilizados dados estatísticos secundários, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Atlas de Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), relativos ao ano de 2010 para os 293 municípios catarinenses. Para a estimação do modelo faz-se uso da Análise de Componentes Principais e, posteriormente, da Regressão Linear Múltipla.

Dessa forma, o artigo foi organizado em três seções, além dessa introdução. Na primeira são apresentadas algumas definições e o debate acerca da pertinência do trabalho infantil, bem como uma resenha da literatura sobre os determinantes desse fenômeno. A segunda seção descreve a estratégia empírica utilizada, na qual explica-se a construção do modelo, realiza-se uma breve análise descritiva da variável dependente, explicitam-se os procedimentos metodológicos e, por fim, analisam-se os resultados obtidos. Por fim, a última

seção elenca as considerações finais, dentre as quais a de que, no geral, os resultados refutam a hipótese adotada no presente trabalho.

2 TRABALHO INFANTIL

Nesta seção são apresentadas algumas definições e o debate acerca da pertinência do trabalho infantil, bem como uma resenha da literatura sobre os determinantes desse fenômeno.

2.1 Definições e Debate

O fenômeno do trabalho infantil pode ser definido como labor realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação em vigor dentro de um determinado país. No Brasil (BRASIL/MEC, 2005), o conceito de criança e adolescente é determinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como sendo a criança a pessoa que ainda não completou 12 anos de idade, enquanto que o adolescente é aquele que apresenta idade entre 12 e 18 anos. Quanto à definição do termo “trabalho infantil”, o país (BRASIL/MTE, 2011) define este como abrangendo “as atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independente da sua condição ocupacional”.

Em relação à reprodução de tal fenômeno há atualmente argumentos contrários e a favor de sua continuidade, relacionados tanto aos fatores sociais e econômicos quanto ao desenvolvimento físico e psicológico das crianças e adolescentes que exercem atividades laborais. Com referência aos argumentos favoráveis ao trabalho infantil, há aqueles que defendem que a mão de obra infanto-juvenil é preferível do ponto de vista do empregador quando ocorre a existência da possibilidade de substituição em relação à mão de obra adulta em um determinado mercado ou atividade específica, e que tal preferência torna-se

justificável pelo fato da força de trabalho infantil apresentar custo menor do que a adulta, ser controlada e demitida com maior facilidade, não apresentar direitos trabalhistas e muito menos uma organização sindical. (KASSOUF, 2002; KASSOUF, 2005; MUNIZ E SOBEL, 2008).

Outro argumento favorável ao trabalho infantil é pautado a partir do valor moral no qual o trabalho é revestido pela sociedade, que o considera como um mecanismo capaz de dignificar crianças e adolescentes que desenvolvem atividades laborais, além de promover o desenvolvimento de suas capacidades físicas e mentais, e de afastá-las da marginalidade e das drogas. Sob essa ótica, portanto, o trabalho infanto-juvenil é visto como uma forma natural de proporcionar a esses jovens uma aprendizagem, de dar-lhes disciplina e responsabilidade.

Além dessas considerações, há também o argumento de que o trabalho precoce tem o objetivo de complementar a renda familiar de crianças e adolescentes inseridos na pobreza e indigência, e dessa forma, garantir a sobrevivência e o atendimento das necessidades básicas da sua família.

Já quanto aos pensamentos contrários à reprodução do trabalho infantil tem-se o argumento de que o trabalho desempenhado pela mão de obra infanto-juvenil é um empecilho para a conclusão do processo educacional ou alcance de bom rendimento escolar, e tende a levá-las a uma baixa frequência escolar ou até mesmo ao abandono do ensino, comprometendo seriamente todo o processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, que os impedirá de alcançar maiores rendimentos na fase adulta devido ao baixo acúmulo de capital humano durante a infância.

Há ainda a consideração de que o trabalho infantil compromete a integridade física e psicológica de crianças e adolescentes, tornando-os também vulneráveis a doenças e acidentes de trabalho devido à sua inexperiência, menor coordenação motora, maior sensibilidade, exposição a ambientes de trabalho insalubres, distração, baixa habilidade e conhecimento para desempenhar certas atividades laborais, uso de instrumentos cortantes e contato com materiais químicos ou tóxicos. Além disso, os maus tratos gerados pelos seus empregadores e a exposição a situações de violência, promovem a construção de uma auto-imagem negativa e

dificultam a socialização dessas crianças e adolescentes com indivíduos de mesma faixa etária (BRASIL/MTE, 2002, p. 8-16).

Outra discussão que faz oposição ao trabalho infantil é a de que o uso da mão de obra infanto-juvenil promove a desvalorização da mão de obra adulta, e que essa situação é decorrente do alto nível de informalidade do mercado de trabalho ou de determinada atividade, visto que a oferta da mão de obra adulta é inelástica, enquanto que a oferta da mão de obra infanto-juvenil é influenciada pelo nível de informalidade do mercado de trabalho e pela renda familiar. Sendo assim, percebe-se que o nível de informalidade no mercado de trabalho é um indicador para a reprodução ou não do trabalho infantil, pois ambos apresentam uma relação positiva, ou seja, quanto maior o grau de informalidade de um determinado mercado, maior a probabilidade da ocorrência do trabalho infantil. Nota-se, portanto, que as leis que proíbem o trabalho infantil não promovem a redução da ocorrência desse fenômeno, mas sim forçam as crianças e adolescentes a migrarem para atividades informais onde as leis não são obedecidas (KASSOUF, 2002; MESQUITA E RAMALHO, 2011; MUNIZ E SOBEL, 2008).

Portanto, a redução do trabalho infantil apresenta mais benefícios do que custos, tanto quando observado sobre a perspectiva econômica quanto social, pois é um grande passo para o alcance do desenvolvimento socioeconômico. Além da questão da formalização do mercado de trabalho, outra perspectiva contra o trabalho infantil, é a de que a extinção desse fenômeno torna-se necessária para que os direitos das crianças e adolescentes, assim como os direitos universais sejam cumpridos, garantindo dessa forma o desenvolvimento de suas capacidades e alcance de um nível mínimo de qualidade de vida (MOTA, 2015, p. 43).

Apresentadas as definições referentes ao trabalho infantil e o debate atual contrário e favorável à reprodução desse fenômeno, pode-se passar à discussão teórica quanto aos determinantes apontados para a manutenção da ocorrência do labor precoce entre crianças e adolescentes.

2.2 Determinantes: Resenha da Literatura

Vários estudos foram desenvolvidos para analisar as características desse tipo de trabalho (KASSOUF, 2002 e 2005 SCHWARTZMAN e SCHWARTZMAN, 2004, MESQUITA e RAMALHO, 2011, dentre outros), avaliando que a pobreza, o nível de escolaridade dos pais (*background* familiar), a situação domiciliar, o fato de a família ser mono ou biparental, chefiado por uma figura masculina ou feminina, a idade em que os pais começaram a trabalhar, a quantidade de membros do domicílio, entre outros, são elementos significativos para explicar a escolha dos pais quanto à alocação de tempo de seus filhos entre a escola e o trabalho.

Adotam-se aqui, portanto, três componentes para a reprodução e manutenção do trabalho infantil em Santa Catarina: a pobreza, a educação e a estrutura familiar que envolve os domicílios e famílias das crianças e adolescentes inseridos em condição de trabalho precoce, porém, considerando a pobreza como um determinante principal para a ocorrência desse fenômeno, e a educação e a estrutura familiar como determinantes secundários. Além disso, o trabalho infantil aqui em questão apresenta um caráter exploratório, ilegal, e reprodutor de um ciclo de pobreza, de baixa escolaridade e de trabalho infantil para as próximas gerações, e também agrega outras atividades que apesar de ilegais, e em certos casos penosas, não são exploratórias, mas sim de cooperação, que não reproduzem um ciclo de pobreza e não impedem a frequência escolar, como é o caso da agricultura familiar.

Mesmo com dificuldades para a obtenção de dados que estejam além da linha de pobreza atualmente adotada por meio de grupos de renda, adota-se nesse estudo o conceito de que a pobreza tem um caráter multidimensional, o qual segundo Codes (2008) traz a noção de que a pobreza se trata de um fenômeno social complexo, referente não apenas a privações em termos de necessidades materiais de bem-estar, mas também à negação de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões socialmente aceitáveis.

Em relação ao trabalho infantil pode-se ver que a pobreza apresenta uma relação positiva com o mesmo, visto que o trabalho desempenhado precocemente por crianças e adolescentes funciona como uma estratégia para promover a sobrevivência e suprir as

necessidades básicas das famílias em condição de pobreza e extrema pobreza, servindo a pobreza dessa forma como um mediador quanto a escolha dos pais em inserir seus filhos em atividades laborais ou não, ou seja, quanto maior a pobreza maior será a probabilidade de uma criança ser direcionada ao trabalho e não à escola, promovendo dessa maneira a manutenção de um ciclo de pobreza, e também um ciclo intergeracional do trabalho infantil.

Além da pobreza, a entrada precoce dos pais no mercado de trabalho também influencia a manutenção do trabalho infantil e da baixa renda per capita familiar, pois indivíduos que começam a trabalhar precocemente acumulam baixo capital humano, o que os impede de ter uma melhor remuneração futuramente, gerando a partir disso uma armadilha de pobreza e um ciclo intergeracional de trabalho infantil.

O rendimento gerado pela mão de obra infanto-juvenil, exclusive o trabalho desempenhado em condição de aprendizagem, é de suma importância para as famílias pobres e indigentes, mesmo esta renda sendo de baixa proporção em relação ao montante gerado pela mão de obra adulta. Dessa forma, quanto mais baixo o decil de renda dessas famílias, maior é a probabilidade de que as crianças trabalhem, principalmente em relação ao grupo mais vulnerável, de 5 a 9 anos de idade. Quanto menor a idade da criança, menor é a sua contribuição no rendimento familiar, porém mesmo não sendo tão significativo, tal rendimento é considerado relevante devido à baixa renda per capita de sua família. Dessa forma, o custo de oportunidade quanto a escolha dos pais em manter seus filhos apenas na escola e em atividades de lazer torna-se superior em relação à escolha de direcioná-los ao trabalho infantil. (SCHWARTZMAN e SCHWARTZMAN, 2004; KASSOUF, 2002; MUNIZ e SOBEL, 2008; MESQUITA e RAMALHO, 2011).

Assim, proibir que crianças e adolescentes que trabalham permaneçam desempenhando suas atividades laborais não garante que o fenômeno do trabalho infantil seja extinto e na maioria dos casos pode agravar o nível de pobreza familiar, principalmente entre os decis de renda mais baixa, em famílias com desemprego da mão de obra adulta, ou com baixa massa salarial em razão da estrutura familiar ser monoparental, e, portanto, chefiada por um único adulto, pois como visto anteriormente o rendimento gerado por essas crianças é de

suma importância para complementar a renda e garantir que o acesso a bens essenciais pela sua família seja mantido, bem como o seu sustento.

Partindo para a discussão quanto aos determinantes considerados como secundários para a reprodução do fenômeno do trabalho infantil, percebe-se que quanto à decisão familiar na determinação da disposição de tempo dos seus filhos sobre o eixo Trabalho-Educação-Lazer, tal tempo deve ser distribuído levando-se em consideração que os indivíduos desejam consumir o máximo que podem, e que o nível de consumo é dado pelos gastos de bens, de serviços e de lazer, sabendo-se que é preferível o dispêndio do tempo dos filhos com o lazer em relação ao trabalho, e que a restrição do consumo é dada pelo tempo e pela renda. Deve-se atentar que para essa condição, a vontade de consumir sempre mais bens e as restrições de consumo dadas através do tempo e da renda geram uma regulação entre as escolhas, já que o tempo utilizado em uma determinada atividade representa menos tempo que pode ser gasto em outra. Dessa forma, mesmo sendo o lazer uma opção preferível em relação ao trabalho, a escolha dos pais em conduzir seus filhos ao trabalho precoce ocorre quando a renda familiar é insuficiente para garantir o consumo de bens e serviços básicos para todos (KASSOUF, 2005, p. 7-8).

Dessa maneira, segundo Kassouf (2005) a escola é vista, nesse modelo, como um investimento, com custos presentes e benefícios futuros. A troca, neste caso, está relacionada à quantidade de bens de consumo e benefícios a que se deve renunciar no presente, uma vez que a criança não trabalha e tem custos com educação (taxas escolares, uniforme, material, transporte etc.), com relação ao ganho adicional obtido no futuro por ter um maior nível de instrução. Assim, o trabalho infantil e o tempo na escola são determinados pela alocação do tempo dos membros do domicílio em diversas atividades e pelo desejo por benefícios futuros, educação e consumo corrente. Qualquer fato que altere os benefícios ou custos da educação ou as restrições enfrentadas pela família poderá afetar a quantidade de educação que a criança recebe e a quantidade de tempo gasta com trabalho.

Outro elemento que também pode influenciar na alocação de tempo das crianças e adolescentes entre a escola e o trabalho é o nível de escolaridade de seus pais, e o fato dos mesmos terem trabalhado ou não durante a infância. Pais mais educados tendem a apresentar

uma renda maior e compreendem mais nitidamente a importância de ter seus filhos dedicados exclusivamente para a escola. Pais que trabalharam na infância acumularam menor capital humano e tendem a obter baixos rendimentos na fase adulta, além de acharem mais natural ver seus filhos trabalharem precocemente da mesma forma que eles.

Sabe-se que o trabalho infantil reduz o desempenho escolar, e que quanto mais cedo um indivíduo inicia suas atividades laborais, menor será a possibilidade do mesmo completar o ensino fundamental e médio e ter um bom rendimento futuramente. As crianças e adolescentes que trabalham possuem menor probabilidade de freqüentar regularmente a escola, e quando conseguem conciliar o trabalho com o estudo apresentam dificuldades para se dedicar aos estudos em casa, em assimilar o que é ensinado em sala de aula devido ao cansaço e à fadiga, e possuem maiores chances de repetência ou evasão escolar. Como expressa Kassouf (2002), a baixa escolaridade, causada por longos períodos de trabalho, tem o efeito de limitar as oportunidades de emprego a postos que não exigem qualificação e que dão baixa remuneração, mantendo o jovem dentro de um ciclo repetitivo de pobreza já experimentado por seus pais. Há, portanto, um *trade-off* entre o aumento de renda no domicílio obtida do trabalho e a perda de uma melhor remuneração futura pela interrupção dos estudos.

A estrutura familiar quando aliada à pobreza apresenta grande influência para a inserção de uma criança ao trabalho precoce ou não. Pais e mães influenciam de formas distintas a vida de seus filhos, assim como a estrutura familiar seja ela biparental ou monoparental, chefiada pelo pai ou pela mãe. Segundo Kassouf (2002), o desemprego ou ausência do pai é um dos fatores encontrados para explicar a alta contribuição do trabalho infantil para o rendimento familiar, e quanto maior o salário do pai e da mãe menor a probabilidade de seus filhos trabalharem.

A elevação do quantitativo de famílias monoparentais e chefiadas por mulheres, torna-se cada vez mais comum e é esse tipo de estrutura familiar o mais presente entre os níveis mais baixos de renda. Assim, mulheres pobres e chefes de família são fortes candidatas à condução de seus filhos ao trabalho infantil.

A feminização da pobreza tem um impacto multiplicador na sociedade, na medida em que vem crescendo entre a população pobre o número de famílias uniparentais, com a mulher como responsável pelo sustento. [...] o número de famílias uniparentais em que somente a mulher tem a responsabilidade de sustentar, educar e cuidar dos filhos é muito maior nos primeiros decis de renda familiar per capita, ou seja, entre as famílias mais pobres (CAMPOS, 2011, p. 89).

Existe também uma relação positiva entre o trabalho infantil e a fertilidade familiar das crianças e adolescentes, pois quanto menor a renda per capita dentro de suas famílias seja devido ao grande número de membros ou pelo baixo rendimento gerado pelos adultos, maior será a probabilidade da ocorrência de trabalho infanto-juvenil. De forma oposta, quanto menor a quantidade de crianças e adolescentes em uma família, considerando que esta apresenta um rendimento satisfatório, maior será a possibilidade dos pais direcionarem seus filhos para a escola e atividades de lazer.

Além disso, percebe-se que além do tamanho da família há também a influência quanto à ordem de nascimento das crianças sobre a escolha dos pais em colocar seus filhos na escola ou no trabalho. Os filhos mais velhos apresentam maior probabilidade de trabalharem como uma forma de dar oportunidade para que os filhos mais novos estudem. Nota-se, então, que um maior número de irmãos diminui a probabilidade de uma criança ou adolescente de uma família com baixa renda per capita estudar e aumenta as chances das mesmas trabalharem, ou ainda que o número de irmãos mais novos tem relação positiva com o trabalho e negativa quanto ao nível de escolaridade. Portanto, vê-se que políticas de controle populacional tornam-se importantes para que o índice de trabalho infantil seja reduzido (KASSOUF, 2002; KASSOUF, 2005).

Assim como a quantidade de irmãos, sendo eles mais novos ou mais velhos, a idade da criança também apresenta influência sobre o fato da mesma trabalhar ou não, visto que quanto mais velha esta criança for maior será a possibilidade da mesma dedicar-se exclusivamente ao trabalho, pois as oportunidades de emprego e remuneração são maiores quanto mais elevada for a idade. Desse modo, o efeito da idade sobre a probabilidade da criança trabalhar é positiva.

Além do número de pessoas residentes em um domicílio, a situação do mesmo também tende a incitar ou não a decisão dos adultos em conduzir as crianças para o trabalho precoce. A área rural apresenta o fator cultural muito forte, ainda com a tradição de os pais ensinarem o trabalho que desempenham aos filhos, algo que é comum à agricultura familiar. Além disso, as áreas rurais possuem estrutura escolar mais dispersa e maior nível de informalidade no mercado de trabalho. Já nas áreas urbanas, há mais oportunidades de trabalho e com maior remuneração para crianças e adolescentes. Quanto a isso, Mesquita e Ramalho (2011) certificam que na zona rural, o trabalho infantil é marcado principalmente por fatores culturais, enquanto no meio urbano funciona como estratégia de sobrevivência para famílias de baixa renda, ao permitir maiores oportunidades de trabalho e de remuneração. Nessas últimas áreas, os incentivos econômicos ao trabalho infantil tornam elevado o custo de oportunidade de manter as crianças exclusivamente na escola.

Resta saber se os fatores elencados pela literatura como responsáveis pela ocorrência do trabalho infantil são de fato seus principais determinantes no que diz respeito ao estado de Sergipe, o que será verificado na próxima seção.

3 ESTRATÉGIA EMPÍRICA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção descreve-se a construção do modelo, realiza-se uma breve análise descritiva da variável dependente, explicitam-se os procedimentos metodológicos e, por fim, analisam-se os resultados obtidos.

3.1 A Construção do Modelo

Conforme exposto na seção anterior, o trabalho infantil é um fenômeno intrinsecamente ligado à pobreza, ao baixo nível educacional, tanto das crianças como de sua família e à situação de vulnerabilidade familiar. Além disso, por ser proibido, torna-se mais disseminado nos mercados de trabalho onde predomina a informalidade. Por fim, é mais

comum na zona rural, em especial nas pequenas propriedades, onde o trabalho familiar é fundamental para viabilizar a produção agrícola.

Dessa forma, buscou-se construir um modelo onde as dimensões mencionadas estivessem todas representadas. As variáveis abrangem os 293 municípios catarinenses, são todas provenientes do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013), à exceção do trabalho infantil, coletado diretamente do Censo Demográfico, e relativas ao ano de 2010.

A variável dependente consiste no percentual de ocupados de 10 a 17 anos em relação ao total da população nessa faixa etária. Embora tratando de forma homogênea um fenômeno que compreende uma multiplicidade de situações, esta foi a melhor desagregação possível, dado que não foram acessados os microdados do Censo.

Para representar o nível de pobreza, utilizou-se o percentual de extrema pobreza (PIND), sendo considerados como tais os indivíduos com renda familiar per capita de até R\$ 70,00, em valores de agosto de 2010.

Situações de extrema pobreza muitas vezes ocorrem em contexto de grande desigualdade de renda. Assim, para captar o grau de distribuição da renda foram utilizados dois indicadores: a Razão $10^+/40^-$ e o Índice de Gini (R1040 e GINI). A primeira representa o quociente entre a participação na renda do decil de maior renda em relação à participação dos quatro decis de menor renda (os 40% “mais pobres”), enquanto o Índice de Gini consiste em um indicador de distribuição que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, pior é a distribuição da renda e vice-versa.

O nível educacional das crianças foi mensurado através de dois indicadores: a taxa de atendimento escolar da faixa etária de 6 a 17 anos (TFREQ6-17), bem como a taxa de atraso igual ou superior a dois anos no ensino básico (T-ATRASSO). A primeira consiste no percentual de indivíduos de 6 a 17 anos que estava freqüentando a escola (em qualquer série) em relação ao total de pessoas nessa faixa etária. A segunda, por sua vez, representa o percentual de estudantes do ensino básico de 6 a 17 anos com dois ou mais anos de atraso em termos de idade-série.

Já o nível educacional da população e das famílias foi retratado através de três variáveis: a expectativa de anos de estudo (ANOSEST) da população, a taxa de analfabetismo

adulta (TANALFA) e o percentual de moradores em domicílios onde ninguém possui o ensino fundamental completo (TDOMFUND). A primeira consiste no número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar. A segunda consiste no percentual de indivíduos de 18 ou mais anos de idade que não sabe ler, nem escrever em relação ao total de pessoas nesta faixa etária. Por fim, a terceira variável representa o quociente entre as pessoas que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo e a população total residente em domicílios particulares permanentes.

A situação de vulnerabilidade familiar foi também retratada através de três indicadores: a razão de dependência (RAZDEP), o percentual de mulheres chefes de família com filhos menores de 15 anos de idade (TMULCHEF) e o percentual de moradores em domicílios com situação inadequada de água e esgoto (AGUA-ESGOTO). A primeira consiste na proporção entre a população inativa e a população ativa, aqui representada pelo quociente entre a população de menos de 15 anos e de 65 anos e mais em relação à população de 15 a 64 anos. Já, a segunda é composta pelo percentual de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade morando no domicílio. A última, por fim, retrata o percentual de pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provém de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica em relação à população total residente em domicílios particulares permanentes.

Por fim, considerou-se também a composição e o grau de formalização do emprego. Para tanto, incluiu-se o percentual de ocupados de 18 anos ou mais de idade no setor agropecuário em relação ao total de ocupados nessa faixa etária (PAGRO), bem como o percentual de formalização dos ocupados, assim entendido como o quociente entre as pessoas de 18 anos ou mais formalmente ocupadas e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária. Foram considerados como formalmente ocupados os empregados com carteira de trabalho assinada, os militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, os empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos, assim como os

empregadores e trabalhadores por conta própria que eram contribuintes de instituto de previdência oficial (PFORM).

Dessa forma, será testado o seguinte modelo (os sinais esperados para cada variável encontram-se entre parênteses):

$$\text{TRABINF} = f \left(\begin{array}{cccccc} (+) & (+) & (+) & (-) & (+) & (-) \\ \text{PIND, R1040, GINI, TFREQ6-17, T-ATRASSO, ANOSEST,} \\ (+) & & (+) & (+) & & (+) \\ \text{TANALFA, TDOMFUND, RAZDEP, TMULCHEF,} \\ (+) & & (+) & & & (-) \\ \text{AGUA-ESGOTO, PAGRO, PFORM} \end{array} \right) \quad (1)$$

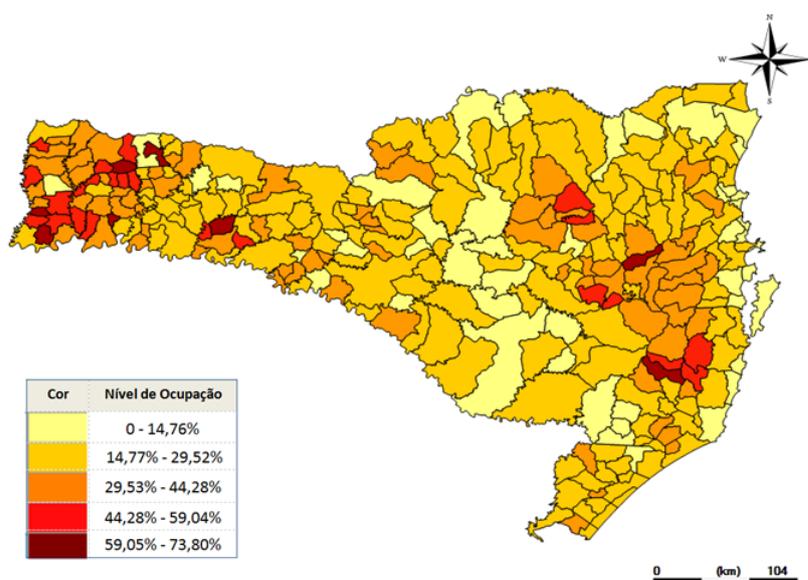
3.2 Análise Descritiva dos Dados

Segundo o Censo de 2010, o estado de Santa Catarina obtinha 160.140 pessoas de 10 a 17 anos ocupadas, o que representa 18,9% do total da população residentes no estado dentro dessa faixa etária. Ao observarmos a situação domiciliar da população catarinense de 10 a 17 anos ocupada, vemos que 111.475 pessoas em ocupação, na semana de referência da pesquisa, estão situadas na área urbana e compõem 16% das pessoas com mesma idade que moram nas cidades, enquanto que 48.665 pessoas (ou 32,9% do total) de mesma faixa etária estão ocupadas nas zonas rurais. Ainda sobre outros aspectos demográficos, percebe-se que em relação ao gênero predominam as crianças e adolescentes ocupados do sexo masculino (57,4% do total) e aquelas que apresentam raça ou cor branca (81,1% do total de indivíduos ocupados para a faixa etária). Quando observado o nível de ocupação desse grupo no estado de Santa Catarina e seus municípios obtemos a seguinte representação:

Pode-se notar que dos 293 municípios investigados pelo Censo em 2010, 47 apresentam nível de ocupação de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de até 14,76%, 137 municípios estão no intervalo de 14,77% e 29,52% de taxa de ocupação, 78 municípios preenchem o intervalo de 29,53% a 44,28% de ocupação da mão de obra infante-juvenil, outros 23 municípios representam o intervalo no mapa com 44,28% a 59,04% de ocupação, e por fim 8 municípios fecham o intervalo de 59,05% a 73,80% de ocupação de crianças e

adolescentes entre 10 a 17 anos. Ainda quanto aos municípios, vemos que Novo Horizonte é o município que apresenta a maior taxa de crianças e adolescentes inseridos no trabalho infantil (73,8%), seguido por Cunhataí (65,1%) e Xavantina (65,1%). Por outro lado, os municípios de Urupema, Treviso e Ouro Verde exibiram os menores níveis de ocupação no estado com 5,8%, 7,4% e 8,0%, respectivamente.

Figura 1 – Taxa de Crianças e Adolescentes Inseridas no Trabalho Infantil em Santa Catarina - 2010



Fonte: Censo/IBGE; Elaboração própria.

Quando se observam os dados de concentração de renda, pobreza, baixa escolaridade, vulnerabilidade familiar e social, em geral, percebem-se correlações significativas entre eles, como se pode notar pela Matriz de correlações de Pearson, exibida no apêndice do trabalho.

Dado a provável multicolinearidade existente entre as variáveis, deve-se tomar alguma providência para evitar suas consequências nefastas para a estimação. Para se utilizar um modelo de regressão linear múltipla seria necessária a retirada de algumas variáveis do modelo, em especial, as mais colineares com as demais. Porém, dada a relevância, pelo menos em nível teórico, de todas elas para a compreensão do fenômeno do trabalho infantil no estado de Santa Catarina, optou-se por corrigir o problema através da utilização da análise de componentes principais.

3.3 Análise de Componentes Principais

De acordo com Hair Jr et al. (2005, p. 94):

o propósito geral de técnicas de análise fatorial é encontrar um modo de resumir a informação contida em diversas variáveis originais em um conjunto menor de novas dimensões compostas ou variáveis estatísticas (fatores) com uma perda mínima de informação.

Trata-se também de um conjunto de técnicas de interdependência, isto é, busca-se explorar o potencial explicativo das variáveis ao invés de prever ou analisar o comportamento de uma variável dependente (como no caso da regressão linear múltipla, p. ex.). A análise de componentes principais produz combinações lineares das variáveis originais, tal que (JORGE, 2000, p. 141-2):

$$Z_i = a'_1 y \quad (2)$$

Em que:

Z_i = i-ésimo componente principal

a'_1 = ponderação

y = vetor de variáveis originais

A ponderação, grosso modo, é o vetor característico normalizado da matriz de covariância formada a partir da matriz ortogonal das variáveis originais, ao passo em que os componentes principais são combinações lineares dessas variáveis³⁰.

Na análise de componentes principais procura-se obter fatores que expliquem a variância amostral total. O primeiro fator ou componente extraído seria, então, aquele que explica a maior parte da variância total e pode ser entendido como o melhor resumo possível dos dados originais, já que implica em menor perda de poder explicativo. Já o segundo fator ou componente a ser extraído é aquele que explica a maior parte da variância remanescente,

³⁰ Este tópico foge ao escopo deste trabalho e não será abordado aqui. Para maior detalhamento vide Hair Jr. et al. (2005, cap. 3).

depois de removido dos dados o efeito do primeiro fator. Aqui a técnica impõe uma restrição: o segundo fator deve ser ortogonal ao primeiro.

A vantagem da técnica, então, é possibilitar a redução no número de variáveis utilizadas em análises multivariadas de dados, preservando, no entanto, a riqueza informacional das variáveis originais.

Uma característica da técnica é a instabilidade dos componentes criados, já que, a cada novo experimento novos fatores podem ser gerados a partir das variáveis originais. Em outros termos: ainda que fossem produzidos componentes baseados nas mesmas variáveis, os pesos de cada variável poderiam ser diferentes, o que praticamente inviabilizaria comparações intertemporais dos resultados, permitindo apenas comparações transversais, isto é, em um determinado ponto do tempo. Por esta razão optou-se pela utilização somente dos dados relativos ao ano de 2010 na extração dos componentes principais³¹.

3.4 Resultados

Para verificar a representatividade da amostra foram realizados, inicialmente, alguns procedimentos. Os testes de Kaiser-Meyer-Olin de medida de adequação de amostra e o Teste de Esfericidade de Bartlett apresentam estatísticas de 0,733 e 2.638,60, respectivamente; este último significativo ao nível de 1% de erro. Dessa forma, mostra-se que a amostra possui correlações significativas e é adequada para a realização da ACP. A tabela abaixo mostra os componentes principais extraídos a partir da técnica:

³¹ Este início de seção reproduz o exposto em Ribeiro, Jorge e Spinelli (2014: p. 9)

Tabela 1 – Extração dos Componentes Principais

Componente	Eigenvalue Inicial		
	Total	% Variância	% Acumulado
1	4,633	35,637	35,637
2	2,432	18,710	54,347
3	1,689	12,995	67,342
4	1,001	7,699	75,041
5	,842	6,474	81,515
6	,610	4,691	86,206
7	,522	4,014	90,220
8	,435	3,343	93,562
9	,282	2,170	95,732
10	,238	1,831	97,563
11	,156	1,203	98,766
12	,126	,968	99,735
13	,035	,265	100,000

Fonte: elaboração própria a partir do software SPSS

Com base nos dados foram extraídos quatro componentes: o primeiro possui um *eigenvalue* de 4,633 e explica 35,6% da variância da amostra original; o segundo possui um *eigenvalue* de 2,432 e explica 18,7% da variância amostral; o terceiro possui um *eigenvalue* de 1,689 e explica 13,0% da variância. O quarto componente, por fim, apresenta um *eigenvalue* de 1,001 e explica 7,7% da variância.

Esta solução se justifica por três razões principais: i) são os únicos cujo autovalor estão acima da média (= 1 no caso da ACP); ii) declividade do *scree plot*³²; e iii) percentual de variância explicada (cerca de 75%), o que permite inferir que os quatro componentes são capazes de explicar boa parte da variância presente nos dados originais, preservando sua riqueza informacional.

Dada a provável existência de correlação entre os fatores extraídos, optou-se pela rotação oblíqua dos mesmos. Assim, foi realizada a rotação *oblimin* que gerou a matriz padrão de fatores expressa na Tabela 2:

³² Não incluído aqui por razões de espaço, mas pode ser disponibilizado pelos autores caso requisitado.

Tabela 2 – Matriz Padrão de Fatores

Variável	Componente			
	1	2	3	4
Aguaesg	,236	,232	,056	,564
Anosest	,036	,933	-,020	-,018
Igini	-,048	-,043	,997	-,050
Mulchefe	-,164	-,160	,054	,742
Pagro	,934	,112	-,036	-,195
Pform	-,835	-,086	-,026	,159
Pind	,542	-,019	,306	,258
R1040	-,046	-,019	,993	,024
Razdep	,550	-,072	,116	,470
Tanalfa	,762	-,123	,053	,189
Tatraso	,201	-,894	,110	-,132
Tdomfd	,820	-,323	-,095	,150
Tfreq6-17	,149	,508	,133	-,470

Fonte: Elaboração própria a partir do software SPSS.

Como se pode observar, o primeiro componente rotacionado está fortemente correlacionado com o emprego agrícola, a informalidade nas relações de trabalho, a presença de domicílios sem moradores com o ensino fundamental completo, a taxa de analfabetismo, a razão de dependência e a pobreza extrema, todos com carga fatorial acima de 0,5. Este fator poderia ser intitulado como *Emprego informal agrícola, pobreza e baixo background educacional da população*. O segundo componente, por sua vez, relaciona-se fortemente com a expectativa de anos de estudo, a taxa de frequência escolar e negativamente com a taxa de atraso escolar, podendo ser intitulado como *Boa Escolaridade*. O terceiro componente está fortemente correlacionado com os indicadores de distribuição de renda (Razão 10⁺/40⁻ e Índice de Gini, podendo ser intitulado como *Má Distribuição de Renda*. Por fim, o quarto componente relaciona-se fortemente com o percentual de domicílios chefiados por mulheres com filhos de até 15 anos de idade e com a ausência de água e esgoto, podendo ser intitulado como *Famílias Quebradas e Baixa Infraestrutura Domiciliar*. Assim, todas as variáveis ficam representadas a contento na solução fatorial gerada.

Os componentes gerados a partir da análise anterior serão, então, utilizados como variáveis independentes na análise de regressão linear múltipla em corte transversal (análise *cross section*), com dados para os 293 municípios catarinenses relativos ao ano de 2010. A tabela abaixo apresenta os resultados da estimação:

Tabela 3 – Resultados da Estimação no SPSS

Modelo	Coeficiente Não Padroniz.		Coeficiente Padroniz.	t	Sign.	Estatísticas de Colinearidade	
	β	Erro Padr.	β			Tolerância	FIV
Constante	27,639	0,638		43,299	0,000		
Fator 1	6,838	0,677	0,516	10,104	0,000	0,893	1,120
Fator 2	2,772	0,665	0,209	4,168	0,000	0,924	1,082
Fator 3	-2,152	0,675	-0,163	-3,188	0,002	0,897	1,115
Fator 4	-2,768	0,683	-0,209	-4,050	0,000	0,875	1,142

Fonte: elaboração própria a partir do software SPSS 13.1

O r^2 obtido foi de 0,328, ou seja, o modelo explica aproximadamente um terço do comportamento do trabalho infantil no estado e é válido como um todo ($F = 35,215$, significativo ao nível de 1% de erro).

Como se pode observar, os fatores de inflamento da variância são todos próximos de um, indicando que a análise de componentes principais de fato resolveu o problema da multicolinearidade. Com relação aos demais pressupostos do modelo de regressão múltipla, a estatística D de Durbin-Watson indica a ausência de autocorrelação dos resíduos³³, enquanto o Teste de White, por sua vez, indica a heterocedasticidade dos resíduos³⁴.

Uma vez constatada a presença da heterocedasticidade, rodou-se novamente o modelo no Software STATA 12.0, utilizando-se a matriz robusta de variância. Os resultados,

³³ O D calculado foi de 1,918 ao passo que os valores tabelados de D_L e D_U são, respectivamente, de 1,633 e 1,715, ao nível de 1% de erro ($n = 200$). Assim, como $1,918 > D_U$ não se diagnostica a presença de autocorrelação de resíduos.

³⁴ O teste de White consiste em regredir o quadrado dos resíduos da regressão original contra as variáveis independentes (os componentes principais), seus quadrados e suas combinações lineares parciais (fator 1 x fator 2, fator 1 x fator 3 e assim por diante). Se o r^2 dessa regressão auxiliar, multiplicado pelo tamanho da amostra, for inferior ao nível crítico da distribuição χ^2 para o nível de significância escolhido, o teste aponta homocedasticidade, caso contrário, ele indicará a presença de heterocedasticidade. No caso da presente estimação, tem-se: $r^2 (0,186) \times n (293) = 54,5 > 29,14$ (χ^2 com 14 graus de liberdade e nível de significância de 1% de erro).

apresentados na tabela 4, são qualitativamente similares ao da tabela anterior ($r^2 = 0,3285$, $F = 31,29$ significativo a 1% de erro), mas com estimadores eficientes e não viesados.

Tabela 4 – Resultados da Estimação no STATA

Modelo	Coeficiente	Erro Padrão Robusto	t	Sign.	95% Intervalo de Confiança	
Constante	27,639	0,638	43,30	0,000	26,383	28,895
Fator 1	6,838	0,701	9,75	0,000	5,457	8,219
Fator 2	2,772	0,734	3,78	0,000	1,327	4,218
Fator 3	-2,152	0,691	-3,12	0,002	-3,512	-,793
Fator 4	-2,768	0,792	-3,49	0,000	-4,328	-1,209

Fonte: elaboração própria a partir do software STATA 12.0

Conforme o exposto na tabela 4, pode-se perceber que o trabalho infantil no estado relaciona-se positivamente com o 1º. e o 2º. componentes principais e negativamente com o 3º. e o 4º. componentes (todos significativos ao nível de 1% de erro).

Em outros termos, pode-se dizer que o trabalho infantil no estado de Santa Catarina está fortemente correlacionado com o trabalho informal no setor agrícola em contexto de baixo background educacional familiar, porém, correlacionado com a boa escolaridade das crianças, mostrando que em Santa Catarina as crianças têm sido capazes de conciliar trabalho e escola, o que não é usual. Por fim, pode-se relacionar o trabalho infantil com uma situação de baixa vulnerabilidade familiar e desconcentração da renda, conforme indicado pelos β 's negativos com relação ao 3º. e ao 4º. componentes.

Este resultado contraria o esperado e merece algum comentário adicional: em relação ao 3º. componente principal, possivelmente dado o fato do estado ser caracterizado pela predominância da pequena produção agrícola. Conforme Mattei (2010), 87% dos estabelecimentos agropecuários catarinenses foram classificados como familiares no censo agropecuário 2006. O autor constatou também que a maior parte dos estabelecimentos familiares do estado não acessava financiamento agrícola porque os proprietários não consideravam necessário crédito para dar continuidade aos processos produtivos.

Outra característica importante a ser considerada é o fato da pequena agricultura ser tecnificada e integrada a complexos agroindustriais (KONRAD e SILVA, 2012), sobretudo no

Oeste Catarinense, onde se localiza a maioria dos municípios com elevadas taxas de trabalho infantil como mostrado na figura 1. Essas características podem explicar a renda relativamente bem distribuída no estado em comparação ao restante do país, bem como a relação negativa entre o trabalho infantil e a má distribuição de renda obtida no modelo.

Por fim, como o quarto componente relaciona-se fortemente com o percentual de domicílios chefiados por mulheres com filhos de até 15 anos de idade e estrutura deficiente de saneamento, o β negativo indica que o trabalho infantil é menos provável nos municípios que apresentem tal vulnerabilidade.

Uma hipótese possível é a de que crianças inseridas na produção agrícola façam parte, em geral de famílias biparentais de pequenos agricultores. De qualquer maneira, reside aqui um ponto interessante para investigação ulterior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo observar quais fatores socioeconômicos conduzem os pais a introduzirem seus filhos ao trabalho infanto-juvenil no estado de Santa Catarina. E a hipótese levantada é a de que os mesmos são levados a executar trabalho precoce pelo fato de suas famílias estarem inseridas na condição de pobreza ou extrema pobreza e de baixa escolaridade, além de serem influenciadas também pela estrutura familiar presente em seu domicílio.

Em relação ao enfoque escolhido para a construção dessa investigação, foram adotadas as técnicas de pesquisa quali-quantitativa. A abordagem qualitativa deu-se a partir da discussão gerada através de revisão de literatura acerca da problemática.

Na abordagem quantitativa, foram utilizados dados estatísticos secundários, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Atlas de Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), relativos ao ano de 2010 para os 293 municípios catarinenses.

Para a estimação do modelo, devido ao elevado nível de multicolinearidade presente nos dados, fez-se uso da Análise de Componentes Principais com o fito de reduzir o número

de variáveis independentes com a mínima perda de informação contida nas variáveis originais. Foram gerados, então, quatro componentes principais: o primeiro componente, fortemente correlacionado com o emprego agrícola, a informalidade nas relações de trabalho, a presença de domicílios sem moradores com o ensino fundamental completo, a taxa de analfabetismo, a razão de dependência e a pobreza extrema, foi intitulado como *Emprego informal agrícola, pobreza e baixo background educacional da população*. O segundo componente, por sua vez, fortemente relacionado com a taxa de frequência escolar, a expectativa de anos de estudo e negativamente com a taxa de atraso escolar, foi intitulado como *Boa Escolaridade*. O terceiro componente, fortemente correlacionado com os indicadores de distribuição de renda (Razão $10^+/40^-$ e Índice de Gini), foi intitulado como *Má Distribuição de Renda*. Por fim, o quarto componente, ligado ao percentual de domicílios chefiados por mulheres com filhos de até 15 anos de idade e com a ausência de água e esgoto, foi intitulado como *Famílias Quebradas e Baixa Infraestrutura Domiciliar*.

Os componentes gerados foram posteriormente utilizados como variáveis independentes no modelo de Regressão Linear Múltipla. Os resultados obtidos mostram que o trabalho infantil no estado de Santa Catarina está fortemente correlacionado com o trabalho informal no setor agrícola em contexto de baixo background educacional, conforme previsto na primeira seção deste trabalho. Porém, o trabalho infantil é também influenciado no estado pela boa escolaridade das crianças. Por fim, pode-se relacionar o trabalho infantil com uma situação de baixa concentração de renda e baixa vulnerabilidade domiciliar, fatos que contrariam as hipóteses do trabalho, e que podem ser atribuídas às características peculiares da pequena agricultura catarinense.

Como limitações do estudo, podem-se apontar o recorte dado ao trabalho infantil que trata de forma homogênea um fenômeno de perfil heterogêneo, dada a multiplicidade de inserções que representa. Nesse sentido, o uso dos microdados do Censo possibilitaria um recorte mais apropriado e configura-se como uma sugestão de aprofundamento do presente trabalho. Outra limitação é a geográfica: os resultados encontrados referem-se ao estado de Santa Catarina, não podendo ser extrapolados para outras Unidades da Federação.

Uma sugestão de pesquisa futura diz respeito ao resultado contraintuitivo aqui encontrado, o qual indica que o trabalho infantil é menos provável nos municípios que apresentem concentração de renda e famílias chefiadas por mulheres. A elucidação dessa aparente contradição configura um ponto interessante para investigação ulterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, MEC - Ministério da Educação. **ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL, MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD5176A277C89/pub_541.pdf> Acesso em 14 de março de 2015.

BRASIL, MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. 2º ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2011.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS**. Buenos Aires. CLACSO. 2011. Disponível em <<http://bvsde.org/ni/clacso/publicaciones/A%20face%20feminina%20da%20pobreza.pdf>> Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

CODES, A. L. M.. **A Trajetória do Pensamento Científico sobre Pobreza: Em direção a uma visão complexa**. IPEA, Texto para discussão nº 1332. Brasília. 2008. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf> Acesso em 8 de março de 2015

HAIR JR., F. F., ANDERSON, R. E., TATHAN, R. L., BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

JORGE, M. A. **Capacidade de absorção e qualidade do emprego no setor de serviços**. Tese (Doutorado em Economia de Empresas). EAESP/FGV. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

KASSOUF, A. L. **Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002. Disponível em <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/teseldrevisado.pdf>> Acesso em 2 de novembro de 2014.

KASSOUF, A. L. **Trabalho infantil: causas e conseqüências**. São Paulo, 2005. Estudo realizado para apresentação no concurso de Professor Titular – Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ, USP, São Paulo, 2005. Disponível em <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/texto.pdf>> Acesso em 9 de novembro de 2014.

KONRAD, J., SILVA, C. **Agricultura familiar no Oeste catarinense: da colônia à integração**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, 2012. Disponível em http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1153_1.pdf Acesso em 18 de março de 2016.

MATTEI, L. **Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina**. IV Encontro de Economia Catarinense, Criciúma/SC, 2010. Disponível em http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20rural%20e%20agricultura%20familiar/Novo%20retrato%20da%20agricultura%20familiar%20em%20Santa%20Catarina.pdf Acesso em 18 de março de 2016.

MESQUITA, S. P. e RAMALHO, H. M. B. **A Dinâmica do Trabalho Infantil no Brasil Urbano: Um Estudo por Dados em Painel 2001-2009**. In: XXXIX Encontro Nacional de Economia. Foz do Iguaçu: Anpec, 2011. Disponível em <http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-2ea51e8d25d0c58c9d61a558c5ef0c16.pdf>. Acesso em 7 de dezembro de 2014.

MOTA, T. S. **Trabalho Infantil e seus Determinantes em Sergipe**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). UFS. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015.

MUNIZ, A. L. P. e SOBEL, T. F.. **A importância da renda do trabalho infantil para a sobrevivência familiar**. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú – MG. 2008. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_997.pdf> Acesso em 16 de novembro de 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD-Brasil, 2013. In: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em 21 de março de 2015

RIBEIRO, L. C. S.; JORGE, M. A. e SPINELLI, I. **Desconcentração na Indústria Sergipana? Uma Análise do Período 2000-2010**. In: The 2nd Ibero-American Congress on Regional Development and 12th Congress of the Brazilian Regional Science Association [ENABER]. Belo Horizonte, 2014.

SCHWARTZMAN, S; SCHWARTZMAN, F. F. **O trabalho infantil no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade/UFRJ, v. 2, 2004. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/trab_inf2004.pdf> Acesso em 14 de novembro de 2014.

Artigo recebido em 07 de outubro de 2016 e aceito em 18 de outubro de 2016.

APÊNDICE

Matriz de Correlações de Pearson – Variáveis Independentes

Correlations

		Igini	R1040	Pind	TFreq	TAtroso	AnosEst	TAnalf	TDomFund	RazDep	TMulChef	AguaEsg	Pagro	Pform
Igini	Pearson Correlation	1	,958**	,383**	,015	,177**	-,066	,279**	,178**	,316**	,132*	,151**	,166**	-,198**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000	,801	,002	,257	,000	,002	,000	,024	,010	,004	,001
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
R1040	Pearson Correlation	,958**	1	,464**	-,009	,167**	-,073	,290**	,185**	,335**	,172**	,199**	,167**	-,202**
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,871	,004	,210	,000	,001	,000	,003	,001	,004	,000
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
Pind	Pearson Correlation	,383**	,464**	1	-,083	,216**	-,140*	,583**	,527**	,581**	,184**	,377**	,477**	-,486**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,154	,000	,016	,000	,000	,000	,002	,000	,000	,000
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
TFreq	Pearson Correlation	,015	-,009	-,083	1	-,297**	,548**	-,133*	-,229**	-,181**	-,376**	-,044	,210**	-,169**
	Sig. (2-tailed)	,801	,871	,154		,000	,000	,023	,000	,002	,000	,450	,000	,004
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
TAtroso	Pearson Correlation	,177**	,167**	,216**	-,297**	1	-,775**	,311**	,404**	,284**	,244**	,130*	,042	-,039
	Sig. (2-tailed)	,002	,004	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000	,026	,471	,504
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
AnosEst	Pearson Correlation	-,066	-,073	-,140*	,548**	-,775**	1	-,089	-,278**	-,160**	-,333**	-,040	,166**	-,104
	Sig. (2-tailed)	,257	,210	,016	,000	,000		,127	,000	,006	,000	,496	,004	,076
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
TAnalf	Pearson Correlation	,279**	,290**	,583**	-,133*	,311**	-,089	1	,744**	,665**	,124*	,342**	,580**	-,504**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,023	,000	,127		,000	,000	,034	,000	,000	,000
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
TDomFund	Pearson Correlation	,178**	,185**	,527**	-,229**	,404**	-,278**	,744**	1	,677**	,242**	,251**	,646**	-,545**
	Sig. (2-tailed)	,002	,001	,000	,000	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
RazDep	Pearson Correlation	,316**	,335**	,581**	-,181**	,284**	-,160**	,665**	,677**	1	,369**	,338**	,433**	-,385**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,002	,000	,006	,000	,000		,000	,000	,000	,000
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
TMulChef	Pearson Correlation	,132*	,172**	,184**	-,376**	,244**	-,333**	,124*	,242**	,369**	1	,125*	-,151**	,004
	Sig. (2-tailed)	,024	,003	,002	,000	,000	,000	,034	,000	,000		,033	,009	,941
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
AguaEsg	Pearson Correlation	,151**	,199**	,377**	-,044	,130*	-,040	,342**	,251**	,338**	,125*	1	,241**	-,171**
	Sig. (2-tailed)	,010	,001	,000	,450	,026	,496	,000	,000	,000	,033		,000	,003
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
Pagro	Pearson Correlation	,166**	,167**	,477**	,210**	,042	,166**	,580**	,646**	,433**	-,151**	,241**	1	-,748**
	Sig. (2-tailed)	,004	,004	,000	,000	,471	,004	,000	,000	,000	,009	,000		,000
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293
Pform	Pearson Correlation	-,198**	-,202**	-,486**	-,169**	-,039	-,104	-,504**	-,545**	-,385**	,004	-,171**	-,748**	1
	Sig. (2-tailed)	,001	,000	,000	,004	,504	,076	,000	,000	,000	,941	,003	,000	
	N	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293	293

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Fonte: elaboração própria a partir do software SPSS